

Brasília — Luiz Antônio

José Varella



Israel Pinheiro Filho (E), atuante, arma uma estratégia com Covas, Richa e Lyra



Aos 77 anos, com 41 de Congresso, Nelson (D) foi o que mais teve emendas aprovadas

Titular ou suplente, quem quer trabalhar não acaba frustrado

Com o desabafo resignado de quem não pôde votar, "isso não é importante; o importante é que o parlamentarismo foi aprovado", o deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG), suplente da Sistematização, mostrou que não é necessário ser integrante efetivo para atuar de forma decisiva nos trabalhos. *Israelzinho*, como é chamado, levou um mês montando estratégias, contabilizando e cabalando votos para o parlamentarismo. Em reconhecimento a esse esforço, a liderança do partido o pôs como primeiro suplente na votação do sistema de governo. Mas o voto ficou preso na garganta já que nenhum titular se ausentou na hora da votação.

"A frustração do deputado mineiro foi recompensada com a vitória da causa em questão, o oposto da história de outro suplente, o senador Albano Franco, de intensa atuação em todas as questões relacionadas com o direito dos trabalhadores. Albano, naquele momento também era o primeiro suplente do partido e,

além de trabalhar para derrubar a demissão imotivada, hora extra em dobro, 44 horas e outros avanços, teve oportunidade de voto porque sempre se ausentava um titular. O que mais lhe cedeu lugar foi o senador Alfreto Campos. Não adiantou; Albano atuou, votou mas perdeu.

Do ramo — Outros suplentes acabaram se impondo a titulares na hora do voto. Como Albano, o deputado Afif Domingos era suplente do PL, que tem apenas uma vaga na Comissão, mas em todas as questões de interesse de empresários, como a Ordem Econômica e os Direitos Sociais, o titular do partido, Adolfo de Oliveira, gentilmente cedeu lugar "para quem é do ramo".

Do ramo legislativo é sem dúvida um dos titulares mais atuantes da Sistematização, justamente o mais antigo parlamentar em mandato, o senador Nelson Carneiro, com 41 anos no Congresso. Foi o que mais teve emendas aprovadas na Sistematização, em todas as questões, num total de 11. Foi inclusive o autor da

emenda do parlamentarismo, a sua "menina dos olhos".

Aos 77 anos, Nelson Carneiro causou inveja aos mais jovens parlamentares da Comissão, como o deputado Luís Eduardo (PFL-BA), de 32 anos, também pontual, mas impressionado com "a vitalidade e a disposição do senador." Efetivamente, sempre que podia, Nelson Carneiro subia à tribuna para discursar.

Trabalho permanente na Sistematização não foi privilégio de titulares e suplentes. O deputado Antônio Brito (PMDB-RS), por exemplo, que abriu mão da indicação de seu nome para a Comissão quando esta foi formada, e portanto não tinha direito a voto, não perdeu nenhuma das sessões. Acabou conquistando uma vaga de titular, primeiro quando substituiu temporariamente o deputado Ibsen Pinheiro e, definitivamente, na vaga deixada pelo ministro Prisco Viana. "Não participa dos trabalhos quem não quer. A Comissão sempre foi aberta a todos os constituinte", diz Brito. (E.C. e A.L.)

O que vai estar em jogo no plenário

Pontos polêmicos que serão decididos pelo plenário da Constituinte:

Demissão imotivada — O *Centrão* quer substituir a estabilidade no emprego pelo princípio da indenização proporcional ao tempo de serviço.

Direitos trabalhistas — Os direitos trabalhistas ficaram imprescritíveis, ou seja, podem ser reclamados na Justiça sobre todo o tempo de serviço do empregado. O *Centrão* quer manter o sistema atual, no qual a reclamação trabalhista só pode atingir os dois últimos anos de trabalho.

Monopólio da distribuição de petróleo — Considerada "um escândalo" pelo líder do PFL, José Lourenço, a distribuição dos derivados de petróleo será exclusiva do capital nacional. O *Centrão* não aceita essa decisão. A esquerda aceita negociar o tema.

Saúde — O *Centrão* considera os princípios aprovados "fortemente de esquerda e estatizante", como analisou o líder José Lourenço, porque, entre ou-

tros itens, impede a transferência de recursos públicos para projetos de hospitais particulares.

Ordem econômica — Para o líder José Lourenço, têm que ser mudadas as relações com a área financeira internacional, previstos pelo projeto. "O país não pode ser fechado a avanços tecnológicos. Se isso ocorrer, o país não poderá acompanhar o desenvolvimento internacional. O importante é atrair investimentos". Para o relator Bernardo Cabral, a Ordem Econômica aprovada pela Comissão, "consolida a livre iniciativa, não proíbe a entrada de capital estrangeiro e proíbe monopólios e cartéis."

Reforma agrária — Para Lourenço, o tema voltará a ser polêmico porque o que foi aprovado "não dá segurança ao proprietário e ao trabalhador rural". Para Aldo Arantes (PC do B-GO), apenas "foi mantido o que existe de bom no Estatuto da Terra — direito de propriedade ligado à função social — e o princípio da imissão na posse — um prazo

mínimo para o juiz decidir pela posse da terra — que vai ser definida por lei". Será uma das batalhas mais duras.

Sistema de governo e mandato — O parlamentarismo, aprovado na Sistematização por 57 contra 36 votos, ainda vai causar muita polêmica porque o governo tentará reverter o quadro, com a aprovação do presidencialismo. "O parlamentarismo", diz Lourenço, "apenas pegou porque nunca ninguém falou nisso antes. O que contribuiu para isso foram as deficiências deste governo presidencialista". Quanto ao tamanho do mandato, qualquer que seja a decisão da Sistematização — quatro ou cinco anos — o tema voltará com toda força no plenário.

Hora extra — A hora extra em dobro também encontra resistência junto ao *Centrão*. A novidade no texto não terá negociação entre os segmentos políticos; vai ser decidido no voto, da mesma forma que a ampliação de 86 para 120 dias da licença das gestantes.